

GÊNESE DO PENSAMENTO ÚNICO EM EDUCAÇÃO: FRANCISCANISMO E JESUITISMO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Luiz Fernando Conde Sangenis – UERJ

1. O Problema

Esta comunicação tem o objetivo de criticar os esquemas interpretativos da História da Educação Brasileira, bem como a história ensinada que, em geral, adotam uma espécie de clichê, consagrado pela repetição acrítica do que produziram os pais da nossa historiografia nacional. Nosso interesse recai sobre as omissões e os silêncios que tornaram praticamente invisível a importante ação missionária/educativa dos franciscanos presentes no Brasil, desde 1500.

Em que pese ser a história da educação brasileira um campo relativamente novo, os autores não dão muita importância ao período colonial, pois, como levam a crer, nada houve de tão significativo durante quase três séculos, a não ser a atividade educacional dos jesuítas, porém expulsos de Portugal e do Brasil, em 1759. Após rápidas considerações sobre os tempos da ilustração pombalina, e a malsucedida tentativa de substituição do sistema jesuítico pelas aulas régias, os esforços e as atenções são, então, desviados para o período que se inicia, na década de trinta do século XX, com o movimento da escola nova. Todos, sem exceção, seguem o mesmo esquema:

1. Os primeiros e, pelo que parece, únicos educadores foram os jesuítas, que fundaram um número significativo de escolas elementares e colégios, aos moldes dos que existiam na Europa, pois, como escreveu Theobaldo Miranda Santos,

“Os jesuítas foram os primeiros educadores do Brasil. Pioneiros da Contra-Reforma na sua reação vigorosa contra a revolução protestante, eles colocaram a catequese dos silvícolas e a educação das novas gerações como principais objetivos da sua Companhia. Estavam solidamente preparados para essa missão. Possuíam fé religiosa viva e inquebrantável, aliada a uma cultura humanística ampla e profunda.” (SANTOS, P. 409) ¹

¹ Defendemos que os franciscanos foram os primeiros missionários/educadores a atuar, no Brasil, desde 1500, portanto, ao longo de um período de quase 50 anos antes da chegada dos primeiros membros da Companhia, em 1549.

2. Depois um interregno, em consequência da reforma de Pombal, que, no juízo geral, lavrou a sentença de morte do ensino na Colônia.² Entre muitos outros autores, é o que afirma Fernando de Azevedo:

“Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para atenuar os efeitos ou reduzir sua extensão.”
(SANTOS, p. 414)

3. Fatos significativos, na educação brasileira, os teríamos a partir da década de trinta, já que as poucas escolas criadas no Império e no início da República acentuavam um sistema dualista: de um lado, o ensino primário vinculado às escolas profissionais, para os pobres, e, de outro, para os ricos, o ensino secundário, articulado ao ensino superior. Essa é a percepção seguida por Otaíza de Oliveira Romanelli, autora de um dos livros mais adotados para o estudo da História da Educação no Brasil, chegado à 28.^a edição, em 2003:

“A mobilidade social favorecida com a nova ordem político-econômica, a contar da década de 30, vem quebrar, em parte, a rigidez do sistema social predominantemente dualista, estabelecendo novas oportunidades, quer para as camadas intermediárias incipientes, quer para os imensos estratos agregados à lavoura, em vias de mobilizar-se em direção aos centros urbanos, ou já nesses estabelecidos. O rompimento das barreiras que separavam nitidamente, do restante da população, uma enriquecida e poderosa classe de donos da terra e comerciantes significou, por seu lado, modificações mais ou menos profundas no sistema educacional que, até 30, fora composto de compartimentos estanques a serviço de uma estratificação social rígida.” (ROMANELLI, 2003, pp. 66s.)

Tal perspectiva alija da cena educacional brasileira outros grupos religiosos que dela participaram ativamente. Nem Santos, nem Azevedo, muito menos Romanelli, ou

² Contra essa opinião que se consagrou, destacamos o que disse Hélio Viana em trabalho intitulado **A Educação do Brasil Colonial**, apresentado ao I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, acontecido em Lisboa, em 1937, cuja cópia encontramos na Biblioteca Nacional de Lisboa: *“Exagerou o Visconde de São Leopoldo (citado por Afonso d’E Taunay na biografia de Pedro Tanques com que abre a “História da Capitania de São Vicente”) ao dizer que ‘a expulsão da Companhia inaugurou terrível período de ignorância em nossa terra, de Norte a Sul’. Pelo contrário, numerosas foram as escolas de primeiras letras, as aulas e cadeiras de gramática, geografia, latim, grego, hebraico, retórica, poética, filosofia, matemáticas etc, abertas em todo o país, até em pequenas vilas, a partir da reforma pombalina”*. Acrescenta, finalmente, que *“a política educacional portuguesa relativamente ao Brasil colonial caracterizou-se por atender, rigorosamente, às necessidades do meio americano e da época em que se processou”, inclusive “em seguida à expulsão dos jesuítas”*.

qualquer outro autor mais recente, como é o caso de Hilsdorf ³, fazem menção à atividade missionária/educativa encetada por franciscanos, beneditinos, mercedários ou carmelitas, presentes no Brasil, desde o século XVI. As referências, sejam entusiásticas ou críticas, recaem, exclusivamente, sobre os jesuítas.

Para elucidarmos as causas deste silenciamento dos franciscanos no contexto da História da Educação Brasileira, temos que considerar dois aspectos fundamentais: (1) Se a historiografia se faz com base em documentos, os jesuítas foram exímios produtores de documentos, ante à reduzida produção de documentos franciscanos; (2) Se a história dos documentos é fundamental para a escrita da história, não considerar os antagonismos entre franciscanos e jesuítas faz com que a produção historiográfica assumam caráter acríptico e, portanto, a-histórico.

2. Os jesuítas foram grandes produtores de documentos

“A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando os há. Mas pode fazer-se, deve fazer-se com tudo o que o engenho humano do historiador lhe pode permitir utilizar... Portanto, com palavras. Com sinais. Com paisagens e com telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipse da Lua e cabrestos de tiro. Exames de pedras por geólogos e análise de espadas de metal pelos químicos.” (L. Fébvre)

Enquanto os pesquisadores que dedicaram boa parte de suas vidas à escrita da história dos franciscanos no Brasil, como é o caso do Frei Basílio Röwer, reclamam, de forma resignada, da falta de documentos e da concisão do pouco e disperso material existente sobre a Ordem Franciscana⁴, os arquivos estão repletos de documentos jesuíticos.

Essa unanimidade entre os pesquisadores, a constatação da falta de fontes, fez com que Gilberto Freyre sugerisse um outro método de investigação, de modo a procurarmos os vestígios dos franciscanos

“menos na história erudita que no folclore; menos na prosa dos historiadores que na poesia dos analfabetos; menos nos livros dos doutos que nos contos que os velhos contam aos meninos; menos nas estátuas dos artistas acadêmicos que nas imagens dos santeiros ingênuos, outrora tão

³ HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

⁴ Afirma Frei Basílio: “...calam-se os documentos ou limitam-se a ligeiras referências, porque não era o lado forte dos confrades que nos precederam transmitir à posteridade o muito que fizeram em honra de Deus e pela salvação das almas. Satisfaziam-se em trabalhar, esperando, não o louvor dos homens, mas a recompensa eterna”: RÖWER, Basílio. **Os Franciscanos no Sul do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1944, p. 6.

inclinados, entre nós, a fazer todos os santos se parecerem com Santo Antônio, que é como São João e mais, talvez, do que São Pedro, o santo mais querido da gente do povo no Brasil.” (FREYRE, 1959, pp. 15s.)

Se levarmos em conta a abundância das fontes jesuíticas, há uma verdadeira indigência das fontes franciscanas.⁵ Em contrapartida, além de terem sido grandes produtores de documentos, os jesuítas foram igualmente hábeis em divulgá-los, lançando mão da nova e revolucionária tecnologia: a imprensa. Boa parte do que escreviam e publicavam tinha o objetivo de atingir o maior número de pessoas, a partir dos estratos mais influentes das sociedades européias. Ainda que utilizemos termos extemporâneos, os jesuítas, certamente, foram a primeira das organizações a perceber e a utilizar eficazmente o grande poder da imprensa para influenciar a opinião pública a seu favor. Em especial, as cartas ânuas da Companhia, divulgadas aos quatro cantos da terra, tornaram-se um grande fenômeno de mídia a constituir uma das primeiras campanhas propagandísticas dos tempos modernos.

Por força das próprias Constituições da Companhia, formuladas pelo fundador, Inácio de Loyola, os seus membros eram obrigados periodicamente a escrever cartas aos seus superiores, como declarado “*meio de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos.*” (SANTO INÁCIO, 1975, p. 221) Ora, a Companhia de Jesus, em curto período de tempo, tornou-se uma empresa internacional, não somente no tocante à destinação de suas atividades missionárias, mas também com relação à variada origem nacional de seus membros. “*De facto, a Companhia não pode manter-se, nem ser governada, nem por conseguinte atingir o fim que pretende para a maior glória de Deus, se os seus membros não estiverem unidos entre si e com a cabeça.*” (SANTO INÁCIO, 1975, p. 221)

A obediência, tema recorrente ao longo de toda a peça jurídico-canônica e que dispõe de um capítulo próprio a ela dedicado, constitui o principal voto daquele instituto religioso e o primeiro garantidor do vínculo de união entre os seus membros. (cf. SANTO INÁCIO, 1975, p. 222) O segundo tipo de vínculo seria a instituição epistolar:

“Concorrerá também de maneira muito especial para esta união a correspondência epistolar entre súbditos e Superiores, com o intercâmbio freqüente de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes.” (SANTO INÁCIO, 1975, p. 222)

⁵ Com relação às fontes documentais dos franciscanos em Portugal, ver o primoroso trabalho do Frei Fernando Félix Lopes, **Colectânea de Estudos de História e Literatura**, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996.

No caso brasileiro, acredita-se que, de 1549 a 1610, mais de seiscentas cartas foram enviadas para Portugal e para o resto da Europa. Aproximadamente quatrocentas destas cartas foram preservadas. Deste total, a metade foi escrita por jesuítas que viviam nas vilas de São Vicente e da Bahia. O restante da correspondência partiu de povoados costeiros de Pernambuco, Ilhéus, Porto Seguro, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ademais, a circulação das correspondências jesuíticas, especialmente daquelas que narravam somente as notícias edificantes e apresentavam os aspectos bem-sucedidos e virtuosos da empresa missionária – e, portanto, omitiam os problemas institucionais que eram encaminhados *in pectoris* aos Superiores, em outro tipo de missiva –, cumpria uma finalidade institucional, com o intuito explícito de serem lidas por um público cada vez mais amplo. Funcionando como material de publicidade e de promoção da Companhia dentro da Igreja e das cortes européias, os textos edificantes acabaram por criar uma imagem idealizada das atividades dos jesuítas. Segundo a afirmação de Eisenberg, “*esses relatos eram verdadeiros instrumentos de propaganda em pleno século XVI, ‘vendendo’ as missões para aqueles que as financiavam e, ao mesmo tempo, impedindo que os problemas e ineficiências da empreitada viessem a público*”. (EISERBERG, 2000, p. 56) De fato, as cartas edificantes dos jesuítas, já no século XVI, ganhavam suas primeiras impressões sob o patrocínio da própria Companhia.

As crônicas e as narrativas de autoria de grandes nomes da Companhia, estampadas a partir do século XVI, em Portugal, como as dos Padres Simão de Vasconcelos, Fernando Cardim, José de Moraes, Jacinto de Carvalho, entre outros, e que tiveram por base as cartas edificantes produzidas desde o século anterior (ainda hoje, uma das principais portas de entrada dos historiadores ao cotidiano do Brasil quinhentista), surgiram na forma de produção muito mais elaborada, todavia, com o mesmo intuito de consolidar a hegemonia dos jesuítas.

Em verdade, o tom laudatório de muitos escritos jesuíticos apenas refletia um espírito apologético, tão comum à época, o que está longe de ser uma particularidade da Companhia. Em geral, as ordens religiosas tradicionais, entre elas a franciscana, esmeravam-se, até mais, quanto ao caráter excepcional atribuído aos seus feitos. O que marca a diferença dos jesuítas das demais Ordens é a sua eficácia na produção e na difusão dos seus textos, através do uso da imprensa.

Enquanto os jesuítas não hesitaram em lançar mão dessa formidável ferramenta – a imprensa, os franciscanos, por exemplo, não tiveram uma percepção imediata sobre a sua importância. A maior parte dos escritos franciscanos permaneceu manuscrita e, por se

tratar, às vezes, de exemplares únicos, perderam-se para sempre. A “História do Brasil”, do nosso Heródoto, Frei Vicente do Salvador, que permaneceu manuscrita, até ser achada e publicada por Capistrano de Abreu, é um exemplo típico. Já a sua crônica sobre os franciscanos do Brasil perdeu-se, infelizmente. De igual modo, permaneceram manuscritos vários textos do contemporâneo do Padre Vieira, o Frei Cristovão Severim de Lisboa. Bem mais do que humildade, a pobreza dos frades e os altos custos das edições inviabilizaram muitos projetos editoriais.

3. Antagonismos entre franciscanos e jesuítas

“Ninguém ignora que as duas Ordens, a de S. Francisco e a de Santo Inácio, foram e são antagônicas. Pode seguir-se através da história, ora surda ora declarada, essa oposição. E a nós acrescentamos: as lutas, tão asperamente disputadas no Brasil, entre colonos e jesuítas, refletem, em grande parte, o antagonismo de espírito e processos que opõe uma à outra, as duas Ordens”. (Jaime Cortesão)

Num tempo em que vigorava um espírito de emulação entre as Ordens Religiosas, os antagonismos entre franciscanos e jesuítas se deram, praticamente, em todos os lugares onde as ordens rivais se estabeleceram. É evidente que os litígios freqüentes entre os missionários dos vários institutos encontravam eco na literatura, em cartas, crônicas, tratados, apologias etc. Indiscrições, rivalidades e discórdias são recorrentes. Cronistas destacam as boas qualidades dos confrades, exaltam os seus métodos e sucessos na conversão dos gentios, enquanto silenciam ou até diminuem os erros cometidos, e isso quando não exageram os defeitos e erros dos “concorrentes”, tanto civis quanto eclesiásticos.

No caso brasileiro, as rivalidades se deram, desde os tempos iniciais das missões, na Paraíba, e também, mais tarde, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1640, e no Maranhão e Grão-Pará, em 1661 e, de novo, em 1684. Em São Paulo, bem como no Norte, envolveram os colonos e as câmaras locais, aliados dos franciscanos contra os jesuítas. Afirma Rocha Pombo que, no extremo norte, “*quase em Regra se punham os frades ao lado dos colonos contra os jesuítas*”. (POMBO, 1963, p. 206)

Em geral, os conflitos entre os religiosos se davam ora pela repartição das terras de missão, ora pela disputas de primazias missionárias⁶; quando envolviam as populações em regiões mais pobres, giravam em torno da utilização da mão-de-obra indígena. Se, de um lado, os religiosos se opunham à escravidão dos indígenas, de outro, os colonos julgavam que os religiosos, em especial, os jesuítas, se beneficiavam, de forma privilegiada, do braço nativo, haja vista os sinais de enriquecimento de seus aldeamentos.

Por se tratarem de Ordens Religiosas com presença internacional, as disputas e as rixas entre franciscanos e jesuítas os acompanharam por onde quer que estivessem. Assim foi também no Oriente, na Índia, na China e no Japão. Nessas partes do mundo, as querelas entre os religiosos se afastam do problema da primazia, concentrando-se sobre os métodos missionários utilizados pelos diferentes grupos e na questão do monopólio jesuítico no Japão.⁷

Os problemas surgem quando as fontes deixam de ser tratadas sob a perspectiva das rivalidades entre franciscanos e jesuítas, e assumem um caráter acrítico e, portanto, sem compromisso com a perspectiva histórica. Em questões disputadas, não se pode basear o juízo a partir da consideração do que diz uma das partes em litígio. Seja por desconhecimento ou por falta de senso crítico, seja por preguiça ou por facilidade de acesso às abundantes fontes da Companhia de Jesus, foi comum tomar a ótica jesuítica como a mais abalizada para respaldar o discurso historiográfico. As crônicas e as narrativas jesuíticas, tomadas como fontes quase que exclusivas da historiografia existente, determinaram o sentido das pesquisas e da literatura disponível, perpetuando as lacunas, as imprecisões, os equívocos e os juízos de valor recorrentemente desfavoráveis aos franciscanos e às outras ordens religiosas. Eis, de forma muito sintética, as razões apontadas para explicar os silêncios da história a respeito dos franciscanos no Brasil.

Um trabalho que apenas utiliza os documentos e a bibliografia produzida pelos jesuítas, o que é comum na nossa historiografia⁸, peca pela parcialidade, porque – ao deixar de considerar um dado fundamental e necessário, o antagonismo entre franciscanos e jesuítas, patenteadado nas muitas disputas apaixonadas entre as duas Ordens, nos campos

⁶ No Maranhão, por exemplo, franciscanos e jesuítas disputavam o reconhecimento de serem os primeiros missionários a entrar na região.

⁷ Sobre o problema das disputas que envolveram franciscanos e jesuítas no Japão, é obrigatório a consulta a “Apologia de Valignano”.

⁸ Capistrano de Abreu explicitou, arbitrariamente, essa dependência ao declarar que não se podia escrever a história do Brasil antes da história da Companhia de Jesus. Segundo Jaime Cortesão, “*estaria Capistrano na verdade se dissesse que a história do Brasil não podia escrever-se sem acompanhar-se a história de todas as Ordens Religiosas que educaram o espírito português e brasileiro*”. Cf. CORTESÃO, Jaime. **Introdução à História das Bandeiras**. Lisboa: Portugalia, Segundo Volume, s/d, p. 243.

de missão, no Brasil, e no cenário internacional – não problematiza as fontes. Quem, em sã consciência, pode aceitar que se trate, com isenção, de temas tão litigiosos, quando, sem chance ao contraditório, os únicos testemunhos considerados são de uma das partes que se antagonizam? Mais que um problema de exigüidade de fontes, a questão envolve escolhas heurísticas inconsistentes e a conseqüente subutilização das fontes não-jesuíticas disponíveis.

Cabe, também, questionar os mecanismos de atribuição e de legitimação de títulos e de adjetivos identitários a pessoas e a instituições. Facilmente atribui-se ao missionário jesuíta o qualificativo de “educador”. O mesmo se diga das suas missões e “casas de meninos”, adjetivadas de “escolas” ou de “colégios”. Por que custa conferir aos missionários franciscanos e às suas instituições, congêneres às dos jesuítas, os mesmos atributos? No período colonial, o missionário, seja qual fosse a sua filiação religiosa, foi também o educador. Via de regra, não diferia a circuncisão cultural das gentes ameríndias encetada por franciscanos ou jesuítas, sob o mesmo padroado português. Quanto aos franciscanos, por tradição mais remota ou por relevância da sua produção intelectual e acadêmica, gozariam dos mesmos legítimos direitos de se deixarem qualificar de mestres educadores, haja vista que, desde o início da Ordem, no século XIII, os franciscanos já ocupavam as cátedras das principais universidades medievais e casas de estudo. Não só a Europa, mas também a América traz as marcas dos seus passos, em toda a sua extensão geográfica, de modo que a História da Educação no Continente será sempre parcial sem que faça as devidas referências à Ordem Franciscana.

Conclusão

A conclusão é a de que o trabalho que iniciamos está longe da finalização. Somos tomados pelo sentimento de que há, ainda, muito a escrever sobre o tema. Permanecem abertas muitas perguntas à espera de respostas. Conseguimos, no entanto, além de dar a nossa contribuição, chamar a atenção para aspectos quase inexplorados da História da Educação brasileira.

Fica também claro que a atividade missionária/educacional franciscana foi relevante no Brasil. Novas pesquisas, certamente, surgirão, não apenas para trazer à tona as facetas da ação dos franciscanos, mas a de outras ordens religiosas que, ao longo dos últimos cinco séculos, se devotaram à educação das nossas gentes.

Não adianta simplesmente reclamar que não há grande acervo de documentos das Ordens Religiosas, à exceção dos jesuítas. Constatamos que não adianta, apenas, reunir

fontes inéditas. Ousamos dizer que o maior esforço não será o de buscar novos documentos, senão o de fazer a história dos documentos disponíveis. Os documentos não existem soltos no ar, descolados do contexto cultural da época em que surgiram; correspondem a um sistema de idéias políticas ou religiosas, às memórias e às mentalidades individuais e sociais; se não buscarmos as razões que os produzem, esclarecem ou limitam, o uso que deles fizermos poderá tornar-se inconsistente, porque também não nos aperceberemos das causas que, eventualmente, deformam ou escondem os fatos.

Destacamos, da mesma forma, os equívocos da nossa historiografia brasileira, que se pautou, tradicionalmente, nos clichês que tiveram origem, quase que exclusiva, nas produções jesuíticas de cunho propagandístico e apologético. Em situações de contenda, não se pode basear o juízo a partir da consideração do que diz uma única das partes envolvidas. Seria por demais simplista tomar a versão jesuítica como a mais abalizada para respaldar o discurso sobre a História da Educação – o que, por si só, revelaria a falta de acuro crítico que, muitas vezes, leva o pesquisador a lançar-se às facilidades de acesso às fartas fontes da Companhia de Jesus. A memória escrita jesuítica, tomada como fonte documental exclusiva da historiografia sobre Educação no Brasil, tingiu ideologicamente as pesquisas sobre o tema, e tornou quase indelével os silêncios e falsos juízos de valor, de maneira geral, bastante desfavoráveis às demais ordens religiosas – primordialmente aos franciscanos, clássicos “rivais” dos padres da Companhia.

Levou também vantagem quem primeiro teve a capacidade de publicar e de divulgar suas produções. A palavra, em especial aquela impressa nos livros, continua a possuir espetacular potência demiúrgica, organizando os sentidos interpretativos da realidade. E, sabemos, os franciscanos pouco publicaram e difundiram os seus textos, que ficaram quase todos manuscritos, nas bibliotecas e nos arquivos.

Finalmente, importante foi perceber que os estudos, no campo da História da Educação Brasileira, nem sempre estabeleceram conexões entre os acontecimentos nacionais e aqueles internacionais. No caso da nossa pesquisa, os nexos transnacionais dos temas tratados não só forneceram elementos mais ricos para circunstanciá-los, como também ampliaram a nossa capacidade de entendimento sobre os mesmos.

Bibliografia

CORTESÃO, Jaime. **Introdução à História das Bandeiras**, Lisboa: Portugália, s/d.

EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno – Encontros Culturais, Aventuras Teóricas**, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

FEBVRE, Lucien et MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

FREYRE, Gilberto. **A Propósito de Frades**, Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LOPES, Frei Fernando Félix. **Colectânea de Estudos de História e Literatura**, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**, 11^a ed., São Paulo: Melhoramentos, 1963.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**, 28^a edição, Petrópolis: Vozes, 2003.

RÖWER, Basílio. **Os Franciscanos no Sul do Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1944.

SANTO INÁCIO DE LOYOLA. **Constituições da Companhia de Jesus**, Lisboa, 1975.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de História da Educação**, 13^a edição, Volume 2, São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

VIANA, Hélio. **A Educação do Brasil Colonial**, apresentado ao I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, 1937.